

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.371 - SP (2019/0193943-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : RICARDO DE LIMA BORGES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por RICARDO DE LIMA BORGES, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial à e-STJ fl. 193:

Trata-se de Recurso Especial interposto por RICARDO LIMA BORGES, com fulcro na alínea 'a', do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, contra Acórdão lavrado em julgamento do Agravo em Execução Penal nº 0010618-07.2016.4.03.6181, prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em síntese, o ora recorrente, **requer a reforma do v. acórdão sob o fundamento de que a prescrição da pretensão executória tem como marco inicial o trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes como decidido pelo tribunal de piso.**

Assim, vieram os autos para manifestação do Ministério Público Federal. (Grifei.)

Ao final do parecer, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo **provimento** do recurso especial, nos termos desta ementa (e-STJ fl. 192):

PENAL – PROCESSUAL PENAL – RECURSO ESPECIAL – EXECUÇÃO PENAL – CONTAGEM DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO – PRECEDENTES STJ – CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1 - Conforme entendimento consolidado nesta Corte Superior de Justiça, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, a teor do art. 112, I, do Código Penal.

**PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.**

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 157/171.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, ressalto que a prescrição é instituto jurídico que visa resguardar o indivíduo da ação extemporânea do poder punitivo estatal. De fato, notadamente quando se trata de efetiva pretensão executória, deve o ente estatal, pelos meios legítimos, fazer concretizar a reprimenda constante do título executivo estatal.

Dito isso e após analisar os argumentos levantados pelas partes neste processo, tenho que razão assiste ao ora recorrente.

Isso porque este Tribunal Superior, por mais de uma vez, decidiu no sentido de que o termo *a quo* da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória é a data em que se opera o trânsito em julgado para a acusação. Tal conclusão, destaque-se, é extraída da interpretação literal do disposto no art. 112, I, do Código Penal, sendo, aliás, mais benéfica ao condenado.

Nesse sentido, precedentes de ambas as Turmas componentes da Terceira Seção deste Tribunal Superior:

*PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA. ARESP IMPROVIDO. TRÂNSITO EM JULGADO QUE RETROAGE AO FIM DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL CABÍVEL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. LAPSO PRESCRICIONAL SUPERIOR A 8 ANOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS EM PARTE.*

[...]

*3. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.*

[...]

*5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos e deferido, em parte, pedido incidental para reconhecer a prescrição da pretensão executória. (EDcl no AgRg no AREsp 699.495/RO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018, grifei.)*

*PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EMBARGOS ACOLHIDOS.*

[...]

*3. Conforme disposto no art. 112, I, do CP, a prescrição da pretensão executória tem como marco inicial o trânsito em julgado para a acusação, o que, na espécie, ocorreu em julho de 2013 (e-STJ, fl. 1.227). Assim, tendo em vista que o acusado foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 312, caput, do CP, tem-se que o referido prazo prescricional operou-se em julho de 2017, nos termos do art. 109, V, do CP.*

*4. Embargos de declaração acolhidos, para reconhecer a prescrição da pretensão executória do crime. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 865.325/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018, grifei.)*

Na hipótese dos autos, tendo em vista que a pena imposta se concretizou em 3 anos de reclusão, a pretensão executória prescreve em 8 anos, que deve ser contado pela metade por força da menoridade do recorrente à época do fato delitivo, conforme preveem os arts. 109, inciso IV, 110, § 1º, e 115, todos do Código Penal.

Dessa forma, considerando que o termo *a quo* do referido prazo prescricional ocorreu com o trânsito em julgado para a acusação (art. 112, I, do CP) em **29/11/2011**, considerando, ainda, não haver ocorrido o início da execução das medidas restritivas de direitos até o momento, é forçoso reconhecer a prescrição da pretensão executória.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para declarar **extinta a punibilidade** do recorrente pela **prescrição da pretensão executória**, com fulcro nos arts. 107, IV; 109, IV; 110, § 1º; 112, I; e 115, todos do Código Penal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

